



Prefeitura Municipal de Campinas

PROJETO DE LEI Nº 119/2019

230004

REVOGA A LEI Nº 14.952, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO EM PECÚNIA AOS ATLETAS VENCEDORES DE CORRIDAS DE RUA, MARATONAS, MEIAS MARATONAS E CONGÊNERES NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, QUANDO A INSCRIÇÃO PARA O EVENTO ESTIVER CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE VALORES”, E SEU DECRETO REGULAMENTADOR.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte Lei:


Art. 1º Fica revogada a Lei nº 14.952, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 18.966, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei nº 14.952, de 18 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas,


JONAS DONIZETTE
Prefeito Municipal


PETER PANUTTO
Secretário de Assuntos Jurídicos


DÁRIO SAADI
Secretário de Esportes e Lazer



Prefeitura Municipal de Campinas

Redigido nos termos do SEI nº 2018.00043663-56, em nome de Secretaria de Assuntos Jurídicos.



CHRISTIANO BIGG DIAS
Secretário Executivo de Gabinete do Prefeito



RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor do Departamento de Consultoria Geral



Prefeitura Municipal de Campinas

Campinas, 10 de maio de 2019

Ofício nº 73/2019

Assunto: Encaminha projeto de lei que revoga a Lei nº 14.952, de 18 de dezembro de 2014, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de premiação em pecúnia aos atletas vencedores de corridas de rua, maratonas, meias maratonas e congêneres no município de campinas, quando a inscrição para o evento estiver condicionada ao pagamento de valores”, e seu decreto regulamentador.

SENHOR PRESIDENTE:

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso projeto de lei, que “Revoga a Lei nº 14.952, de 18 de dezembro de 2014, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de premiação em pecúnia aos atletas vencedores de corridas de rua, maratonas, meias maratonas e congêneres no município de campinas, quando a inscrição para o evento estiver condicionada ao pagamento de valores, e seu decreto regulamentador.”

A presente proposição visa sanar a reconhecida inconstitucionalidade da legislação municipal a ser revogada, atendendo a recomendação do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Essa, portanto, a relevante razão que determina o encaminhamento da presente proposição à alta deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Contando com a aprovação da presente iniciativa, renovamos a Vossa Excelência e ilustres Vereadores nossos protestos de alta estima e distinta consideração.


JONAS DONIZETTE
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
VER. MARCOS BERNARDELLI
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



02

CAMPINA MUNICIPAL DE CAMPINAS 13-Pai-2019-14445

Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Gabinete do Secretário

PROTÓCOLO

Protocolado s/n.º (SEI 2018.00043663-56)

19/10/10156 PG

23 ABR. 2019

Interessadas: SMEL - SMAJ

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Submeto e encaminho à respeitável apreciação de Vossa Excelência, o incluso PROJETO DE LEI e respectiva Mensagem, que:

REVOGA A LEI Nº 14.952, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO EM PECÚNIA AOS ATLETAS VENCEDORES DE CORRIDAS DE RUA, MARATONAS, MEIAS MARATONAS E CONGÊNERES NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, QUANDO A INSCRIÇÃO PARA PAGAMENTO ESTIVER CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE VALORES" E SEU DECRETO REGULAMENTADOR.

Campinas, 17 de abril de 2019.

6090
905/-


PETER PANUTTO

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos